

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.

Amanda Carolina Martins de Oliveira¹

Celi Correa Neres²

Resumo

O presente artigo é resultado de pesquisas e leituras bibliográficas proporcionadas na disciplina de Educação Especial ofertada pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul –UEMS campus de Paranaíba-MS.

Pretende-se destacar neste trabalho o processo de implantação e implementação da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva dando enfoque ao Atendimento Educacional Especializado, conceituando suas demandas e destacando as legislações que vigoram bem como as discussões que abarca a temática apresentada.

Palavras chave: Educação Especial, Inclusão, Atendimento Educacional Especializado.

Admitindo a existência de uma variedade de concepções de ciência e de conhecimento, faz-se necessário, ao se pretender um estudo de método, um esclarecimento prévio a respeito da concepção científica adotado como suporte. Neste sentido, uma opção por termos epistemológicos, torna-se indispensável.

A filosofia de Marx parte do estudo dialético do homem como ser histórico do mundo. Desta forma, ele pretende focar um homem concreto, vivendo no mundo, em luta constante contra a natureza e em relação com os outros homens. Rejeita a idéias de um “homem abstrato, ideal”, que emana de uma ideologia essencialista da natureza humana. (Kruse, 1970, p.37).

No marxismo o homem passa a ser visto como o conjunto de suas relações sociais. A dialética aqui tomada como uma das opções, pois sua especificidade é encontrada na noção de prática política³.

Nesta perspectiva serão feitas algumas reflexões acerca da educação especial na perspectiva da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS.

² Professora Doutora do programa de pós- graduação da Universidades Estadual de Mato Grosso do Sul.

³ Prática política: luta de classe

Durante muito tempo as instituições brasileiras que trabalhavam com a educação especial foram responsáveis pela educação dos alunos com necessidades especiais. Na década de 1960 iniciam vários questionamentos referentes à esses atendimentos, onde foi proposta a integração desses alunos no ensino regular.

Nesta época instalou-se no Brasil o movimento pela integração dos alunos na escola comum, que se baseava no princípio da normalização como meio de preparação aos alunos com deficiência em termos de integração na sociedade. O princípio da integração pressupõe um preparo do chamado “excepcional” para atuar na sociedade “tão normal quanto possível”: “Normalizar não significa tornar o excepcional normal, mas sim criar condições de vida tanto quanto possível similares às condições normais da sociedade em que vive” (ANACHE, 1991).

[...] Na verdade, esses princípios representam o alicerce do projeto pedagógico que, respeitando as diferenças individuais, se detém na organização de um currículo que possibilite a todos os alunos se desenvolverem de acordo com suas capacidades, ritmo e possibilidades. Esses princípios representam ainda a base das adaptações curriculares e de toda ajuda pedagógica que se possa oferecer àqueles que dela necessitam. (RIBEIRO, 2003, p. 44).

No âmbito legal, verifica-se na LDB 4.024/61 a recomendação para a integração no ensino comum, que reserva dois artigos, 88 e 89, para tratar da educação especial:

Art. 88 – A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino, a fim de integrá-lo na comunidade;
Art. 89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais, receberá dos poderes políticos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções. (BRASIL, Lei 4.024/61, de 21/04/61).

A partir do movimento de integração, trabalhos desenvolvidos nas instituições foram atingidos com críticas, onde argumentavam a forma de atendimento ora realizados pelas instituições e que estes fortalecia a segregação da pessoa com deficiência. Em virtude da defesa da integração as instituições continuaram a oferecer o atendimento especializado.

As críticas ao atendimento das instituições tornaram-se mais fortes nos anos de 1990, através das manifestações do movimento da inclusão, neste contexto apresentavam-se os que levantaram a bandeira em defesa da inclusão dos alunos nas escolas comuns, respeitando suas possibilidades e os que apelavam pela defesa da inclusão total. (NERES, 2010).

No ano de 1990 surge no cenário das reformas educacionais movimentos em defesa dos alunos com necessidades educacionais especiais do qual perpassa as políticas públicas incorporando às políticas educacionais as expressões inclusão, educação inclusiva, escola inclusiva, inclusão escolar em prol de alunos que, tradicionalmente, têm sido excluídos da escola.

A inclusão dos alunos ditos excluídos passa a ser considerada como via de inclusão social, reafirmando o ideário da escola como instrumento de equalização social. Na educação especial, a inclusão dos alunos com deficiência em escolas comuns é defendida como meio de superação das condições de segregação e de exclusão social a que foram historicamente submetidos (NERES, 2010).

A educação brasileira ao reproduzir constantemente o modelo tradicional, não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento as diferenças (PRIETO, 2006).

Mesmo com seus valores fixos e inquestionáveis a escola não tem conseguido cumprir o seu papel, pois este modelo torna-se irrealizável, ao exigir que todos os alunos se enquadrem às suas exigências. Sendo assim a escola não tem se configurado como espaço educativo independentemente dos alunos apresentarem ou não necessidades denominadas como educacionais especiais.

A escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes comuns está na pauta da legislação brasileira desde a década de 1960, com o movimento da integração. na década de 1990, com a inclusão escolar tem sido expressão empregada com sentido restrito e como se significasse apenas matricular alunos com deficiência em classe comum. (PRIETO, 2006).

Haja vista que o plano da implantação de políticas de educação inclusiva apresenta discordâncias a respeito da definição do papel que o atendimento educacional especializado pode assumir.

O planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do lócus do atendimento desse alunado. (Prieto, 2006, p.35).

No entanto, nota-se que a discussão acerca da inclusão tem sido proclamada em todos os níveis políticos, sociais e econômicos. Vivemos sob o signo moderno da velocidade e

das inovações tecnológicas, principalmente com a globalização, processo que modifica as noções de tempo e espaço no mundo.

Como aponta Saviani (1981) este é o momento de compreender que não se cabe mais a dicotomia “especial x regular”, visto que devemos encontrar o equilíbrio com a teoria da “curvatura da vara⁴”.

Incluir não é simplesmente inserir uma pessoa em ambientes destinados á sua Educação, saúde, lazer, trabalho. Implica também acolher todos os atores de uma dado grupo, independente de sua características é considerar que as pessoas são seres singulares, diferentes uns dos outros e não podem ser categorizadas(Santos,2008).

Portanto, sobre a realidade atual das práticas educacionais inclusivas e sobre os desafios necessários ás suas implementações ressaltam-se a importância de uma discussão, uma reflexão e de um posicionamento comprometidos com o acesso de todas ás necessidades que cada sujeito demanda.

“A cada um conforme suas necessidades, De cada um conforme suas Possibilidades”. (Desejo comunista cristão de Marx e Engels, expresso no manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848).

A educação Especial tem suscitado várias discussões que conferem um amadurecimento frente à questão discutida. É notória a necessidade de uma revisão criticada saber produzido e das praticas correntes da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais. Outro embate que revela acentuadas discordâncias no plano da implantação de políticas de educação inclusiva é a definição do papel que o atendimento educacional especializado pode assumir, ou seja, a possibilidade de serviços especializados substituírem o ensino comum (PRIETO, 2006).

Em virtude da diversidade e complexidade de informações se torna dificultoso trazer para esta discussão todos os desdobramentos frente à Educação Especial.

Todavia irei destacar o referencial teórico que se propõe a explicar o impacto decorrente da transição do aluno com necessidades educacionais especiais das instituições de atendimento para sala de ensino regular

A avaliação sistemática do estado da arte, em qualquer área do conhecimento é pré-condição para proceder-se a diversos tipos de análise e tomada de decisão Sobrinho, 1995.

São muitos os desafios a enfrentar para atingir a educação como direito de todos, um deles de acordo com Prieto é de não permitir que esse direito seja traduzido meramente

⁴ Teoria da curvatura da vara: Demerval Saviani relaciona com sua idéia-chave, a curvatura da vara – frase usada por Lênin quando disse que quando a vara está torta é preciso, para endireitá-la, puxar para o lado oposto.

como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns.

Nesse caso, eles podem ter acesso à escola, ou nela permanecer apenas para atender uma exigência legal, sem que isso signifique reconhecimento de sua igualdade de direitos.

A educação, na sociedade capitalista, é segundo Marx e Engels, um elemento de manutenção da hierarquia social; ou o que Gramsci denominou como instrumento da hegemonia ideológica burguesa. A igualdade política é algo meramente formal e não passa de uma ilusão visto que a desigualdade social é concreta e inequívoca. Atualmente a situação não parece ser muito diferente daquela vivida e descrita por eles. (MARX, 1999, p.46).

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo paradigma, que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e conseqüentemente no sistema de ensino.

Vale enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas em sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados aqueles que deles necessitem. Ao contrário implica na reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo a suas necessidades (PRIETO, 2006, p.42 *apud*, GLAT; NOGUEIRA, 2002, p.26).

Essas considerações contribuem para melhor compreender os pressupostos que embasam a inclusão escolar, que deve ser vista como um processo onde este em busca de sua estruturação enfrentará obstáculos que sempre existiram pois sempre haverá novos ingressantes e desafios postos no seu percurso.

Segundo Prieto, identifica-se muito uma visão ingênua representada por discursos mais situados no senso comum⁵, que consideram que a educação inclusiva já aconteceu, pois acreditam que o acesso a classe regular de alunos com necessidades educacionais especiais é suficiente para caracterizá-los. Outros com uma visão pessimista, considerando a educação

⁵ Senso comum: Conjunto de opiniões e ideias que são geralmente aceites numa época e local determinado.

inclusiva irrealizável, justificando que a educação não tem conseguindo contemplar os alunos ditos “normais” que dirá os “especiais”.⁶

Assim, o ensino aparece como instrumento para o conhecimento e também para a transformação da sociedade e do mundo. Este é o potencial e o caráter revolucionário da educação. O proletariado, por si só, não conquista sua consciência de classe, sua consciência política, justamente pelo fato de ter sido privado desde o início dos meios que lhe permitiriam consegui-lo. Por isso, há a necessidade de um processo educativo pautado em um projeto político e pedagógico definido e voltado aos interesses da grande maioria excluída. Aí é que surge o papel estratégico da escola, dos educadores e intelectuais, os quais, em nosso entender, são decisivos para a construção da consciência de classe do trabalhador. Esta concepção dialético-histórica do ser humano toma como premissa fundamental o fato de ele não ser um dado, mas essencialmente um construir-se.

Deste modo, a educação deve vir para corroborar esta construção que não é meramente teórica ou abstrata, mas real, prática.

Na sociedade capitalista contemporânea a educação reproduz o sistema dominante tanto ideologicamente quanto nos níveis técnico e produtivo. O atual sistema educativo, sobretudo no Brasil, vem confirmando o que se diz sobre reprodução, exclusão e dominação. Projetos político-pedagógicos até existem e são propostos, mas são postos em andamento aqueles que legitimam o sistema e não representam para ele uma ameaça.

Segundo Prieto, no contexto da educação o termo inclusão admite atualmente significados diversos, para quem não deseja mudança, ele equivale o que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional.

A educação inclusiva está colocada como compromisso ético-político, que implica garantir educação como direito de todos. É necessário destacar que em uma democracia plena, quantidade é sinal de qualidade social e, se não se tem quantidade total atendida, não se pode falar em qualidade. (PRIETO, p.45; *apud* CORTELLA, 1988, p. 14).

De acordo com Neres, a defesa da inclusão escolar aparece como alternativa para a superação das condições sociais de uma grande parcela da população considerada excluída. A inclusão dos alunos ditos excluídos passa a ser considerada como via de inclusão social, reafirmando o ideário da escola como instrumento de equalização social. Na educação

⁶ Discurso presente nas escolas.

especial, a inclusão dos alunos com deficiência em escolas comuns é defendida como meio de superação das condições de segregação e de exclusão social a que foram historicamente submetidos.

Com o paradigma da inclusão, as escolas são chamadas a desenvolver uma educação inclusiva. Para Bueno (2008), o termo educação inclusiva, muitas vezes utilizada indevidamente como sinônimo de inclusão, refere-se a um objetivo político a ser alcançado a partir do movimento da inclusão escolar.

Sobre esse aspecto, Laplane (2004) salienta que a defesa da inclusão é contraditória na medida em que o discurso contradiz com a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do nosso sistema educacional levam a questionar a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, insira alunos nos contextos escolares existentes [...] (LAPLANE, 2004, p.18)

Para se entender a orientação da inclusão faz-se necessário analisá-la como um grande movimento que se intensifica a partir da década de 1990, quando se percebe um redimensionamento da política educacional para promover a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

2. Primeiras Aproximações: Atendimento Educacional Especializado.

O Movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, que milita em defesa do direito para que todos os alunos estejam juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença com valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar os elementos históricos da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (Bertuol, 2010). Tomando como princípio o que estabelece os direitos humanos e o conceito de cidadania do quais estão fundamentado no reconhecimento

das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização se apresenta sem apresentar restrições os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais. (BERTUOL, p. 17, 2010).

Nesta perspectiva da educação inclusiva faremos as primeiras aproximações dos serviços de atendimento educacional especializado que favorece a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular.

Para tanto se faz necessário buscarmos como referencia as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Sinalizando um novo conceito de educação especial, a Política enseja novas práticas de ensino, com vistas a atender as especificidades dos alunos que constituem seu público alvo e garantir o direito à educação a todos. Aponta para a necessidade de se subverter a hegemonia de uma cultura escolar segregadora e para a possibilidade de se reinventar seus princípios e práticas escolares. (MONTANO, 2001).

Uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado – AEE, um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência⁷, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncional. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

⁷ A matrícula no AEE é condicionada à matrícula no ensino regular. Esse atendimento pode ser oferecido em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privado, sem fins lucrativos.

Alunos com deficiência: aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008).

· Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008).

Os Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privado, sem fins lucrativos, devem estar de acordo com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (MEC/SEESP, 2009).

De acordo com as *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*, publicada pela Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico da Escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças. Nesse sentido, é preciso planejar, organizar, executar e acompanhar os objetivos, metas e ações traçadas, em articulação com as demais propostas da escola comum.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma das constatações neste momento de reflexão é que são muitos os desafios e as tarefas frente à educação inclusiva, e o atendimento educacional especializado, mas devem-se identificar prioridades, denunciar ações reprodutoras de iguais atitudes sociais para com esses alunos, acompanhar ações, cobrar compromissos políticos, participar do controle social.

Com a elevadíssima desigualdade social, o discurso em prol de uma escola que acolha a todos parece caminhar contramão do que vem sendo discutido, ou seja, preconiza-se

a inclusão escolar como promissor da inclusão social num contexto histórico e socialmente ameaçado pela expansão da exclusão econômica e social.

Haja vista que para alcançarmos a “qualidade de ensino” e para que se efetive na prática a universalização do acesso à educação e pela democratização do conhecimento, torna-se como exercício cidadão, a cobrança do papel do Estado a fim de assumir como prioridade a implantação e implementação das políticas públicas sociais em torno da Educação Especial.

O projeto do Ministério da Educação de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas tem como propósito apoiar os sistemas de ensino na oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização. Esses avanços da educação inclusiva mostram que os sistemas educacionais estão em processo de transformação refletindo uma visão que perpassa a concepção tradicionalista, o que altera o paradigma da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A implantação de salas recursos multifuncionais nas escolas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o atendimento educacional especializado, com uma concepção fundamentada no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos, contrário aos paradigmas pedagógicos que acabam potencializando as desigualdades sociais e negando a diversidade. Para tanto as escolas devem considerar a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem o que emerge uma nova estrutura organizacional, flexibilidade curricular, elementos teórico e metodologicamente capazes de atender as necessidades educacionais especiais de seus alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar favorecendo a construção do conhecimento.

Portanto a sala de recursos multifuncionais é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, conduzido por professor especializado⁸. O atendimento educacional especializado não pode ser confundido como mera atividade de repetição de conteúdos desenvolvidos em sala de aula, deve constituir-se um conjunto de elementos específicos que oportunize ao processo de apropriação e produção de conhecimento.

Para tanto neste atendimento é fundamental que se considere as diferentes áreas do conhecimento, o estágio de desenvolvimento cognitivo e a escolaridade dos alunos bem como os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e

⁸ O professor especializado em Educação Especial deve comprovar formação nas áreas específicas de Educação Especial. Ver artigo nº18,§ 2º e 3º da Resolução do CNE/CEB 2/2001.

suplementação curricular⁹, pois o ensino regular é o ambiente de aprendizagem, no qual se flexibiliza o processo pedagógico.

Para avançar nesse processo, além de conhecimentos e informações, é importante a conscientização dos alunos quanto as suas necessidades educacionais especiais para que sejam respeitadas e valorizadas suas diferenças. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas dentre outras, representam as possibilidades de combater a exclusão e responder às especificidades dos alunos.

Nesta perspectiva devemos evitar a intensificação do descompromisso que por sua vez já existe por parte do poder público frente a educação e que a inclusão escolar não se torne um mero ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns, os desafios estão colocados para o sistema de ensino e para a sociedade brasileira, ou seja, fazer que os direitos ultrapassem o plano meramente instituído legalmente e construir respostas educacionais que atendam às necessidades educacionais dos alunos que tem direito ao atendimento educacional especializado, pautado em um projeto pedagógico que atenda o princípio da flexibilidade para que o acesso ao currículo seja adequado às condições do aluno, favorecendo seu processo escolar.

⁹ Suplementa no caso de alunos com altas habilidades/ superdotação, e complementa no caso dos alunos dificuldades acentuada de aprendizagem vinculada ou não a deficiência.

BIBLIOGRAFIA

BERTUOL, Glaci de Lima. **Salas de Recursos e Salas de Recursos Multifuncionais: apoios especializados à inclusão escolar de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais.** 2010. Monografia, (Especialização em História da Educação) UNIOESTE/ Cascavel-SP.

BIANCHETTI, Lucidio. **Aspecto Histórico da Educação Inclusiva.** Revista Brasileira de Educação Especial. S/D.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno Deficiente Visual na Escola: Lembranças e Depoimentos.** Campinas- SP, Autores Associados-PUC, 2003.

COSTA, Selma Frossard. O Espaço Contemporâneo de Fortalecimento. In.: **O Desafio da Construção de uma Atuação Gestão Atualizada e Contextualizada na Educação Infantil.** 2003. 233P. Tese (Doutorado em Educação) USP/SP.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO Gavioli Rosangela. **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

MILLOT, Catherine. **Freud: antipedagogo.** [S.l.], 1987. p. 15.

MINAYO, Cecília de Souza, **Pesquisa Social.** 26 ed.Vozes, 1993.

MANTOAN, M. T. E. (org). **Pensando e fazendo educação de qualidade.** São Paulo: Editora Moderna, 2001.

NERES, Celi Corrêa. **As instituições especializadas e o movimento da inclusão escolar: intenções e práticas.** São Paulo 2010. Tese (Doutorado/USP).

RODRIGUES, David. **Inclusão em Educação: Doze olhares sobre a educação Inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Monica Pereira. **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e práticas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Antonio Luiz de Paula. **Utilizando o Planejamento como Ferramenta de Aprendizagem.** Ed. global: S.P; 2000

MARX, K. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus, 2006.